

**No. 39838**

---

**Paraguay  
and  
Portugal**

**Cooperation Agreement between the Republic of Paraguay and the Portuguese Republic to combat illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances and related crimes. Asunción, 3 September 2001**

**Entry into force:** *24 February 2003 by notification, in accordance with article VI*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Paraguay, 16 January 2004*

---

**Paraguay  
et  
Portugal**

**Accord relatif à la coopération entre la République du Paraguay et la République portugaise dans la lutte contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et les délits connexes. Asunción, 3 septembre 2001**

**Entrée en vigueur :** *24 février 2003 par notification, conformément à l'article VI*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Paraguay, 16 janvier 2004*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

**ACORDO DE COOPERAÇÃO  
ENTRE  
A REPÚBLICA DO PARAGUAI E A REPÚBLICA PORTUGUESA  
PARA A LUTA CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE  
ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS  
E DELITOS CONEXOS**

A República do Paraguai e a República Portuguesa, adiante denominadas "as Partes";

**CONSIDERANDO** que as Partes partilham uma profunda preocupação relativamente ao incremento da produção e ao tráfico ilícitos; à lavagem de dinheiro proveniente de tais actividades, bem como ao abuso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas em todo o mundo;

**CONSCIENTES** de que o abuso e o tráfico ilícito de estupefacientes constituem problemas que afectam a comunidade de ambos os países;

**RECONHECENDO** a importância da cooperação entre os Estados para combater em todas as suas vertentes o problema do abuso e do tráfico ilícito de estupefacientes e outras actividades criminais organizadas, incluindo o crime organizado;

**REFERINDO-SE** às obrigações de ambos os países como Partes da Convenção Única sobre Estupefacientes, de 30 de Março de 1961, emendada pelo Protocolo de 25 de Março de 1972 e a Convenção Única sobre Substâncias Psicotrópicas, de 21 de Fevereiro de 1971;

**TENDO PRESENTE** a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas de 20 de Dezembro de 1988;

**TENDO EM CONTA** os seus sistemas constitucionais, jurídicos e administrativos e o respeito pela soberania de cada Estado;

**ACORDAM** o seguinte:

**ARTIGO I  
Objecto**

As Partes prestar-se-ão assistência reciproca na prevenção e no controlo do abuso de drogas, tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e outros delitos conexos.

**ARTIGO II  
Áreas de cooperação**

A cooperação que se efectue em conformidade com o presente Acordo poderá compreender, por parte de ambos os Governos:

- a) A prestação de assistência nos campos técnico-científico;
- b) O intercâmbio de informação e de publicações científicas, profissionais e didácticas, bem como outras formas de cooperação técnica nos domínios da prevenção da toxicodependência, do tratamento e da reinserção social de toxicodependentes;
- c) O intercâmbio de informação sobre as acções empreendidas em ambos os Estados para prestar a assistência necessária aos toxicodependentes, sobre os métodos de prevenção, tratamento e reinserção social, bem como sobre as iniciativas tomadas pelas Partes para favorecer as entidades que se ocupam dos toxicodependentes;
- d) A promoção de encontros entre as respectivas autoridades competentes pelo tratamento e pela reinserção, através do intercâmbio de especialistas, cursos de formação e outros;
- e) O intercâmbio de informação e experiências sobre os métodos de luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e outras actividades conexas, como o branqueamento de capitais;
- f) A regulamentação do controlo da produção, da importação, da exportação, do armazenamento, da distribuição e venda de precursores, de químicos, de solventes e outras substâncias que sirvam para o fabrico das drogas a que se refere este Acordo;
- g) À elaboração de novos instrumentos legais que as Partes considerem adequados para combater, com mais eficácia, o tráfico de estupefacientes;
- h) A troca de informação sobre novos tipos de drogas e substâncias psicotrópicas, locais de produção, canais usados pelos traficantes e métodos de ocultamento, bem como as variações dos preços das substâncias psicotrópicas e estupefacientes.

**ARTIGO III**  
**Aplicação**

As autoridades encarregues da aplicação do presente Acordo serão designadas pelas Partes quando, em conformidade com o Artigo 6º, se encontrarem cumpridos todos os requisitos exigidos pelos respectivos ordenamentos constitucionais.

**ARTIGO IV**  
**Troca de Informações**

- 1. As autoridades encarregues da aplicação do presente Acordo poderão trocar informações ou reunir-se, se o julgarem conveniente, no âmbito das actividades empreendidas em uma ou mais das áreas que são objecto de cooperação.

2. As Partes poderão utilizar canais de comunicação directa por via telefónica, telex, facsimil e outros meios entre os respectivos organismos competentes, a fim de facilitar uma cooperação eficaz na luta contra o abuso de drogas e o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

**ARTIGO V**  
**Disposições legais aplicáveis**

Todas as actividades derivadas do presente Acordo serão executadas em conformidade com as leis e disposições legais vigentes na República do Paraguai e na República Portuguesa.

**ARTIGO VI**  
**Entrada em vigor**

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recepção da última nota diplomática em que as partes confirmem que todos os necessários procedimentos constitucionais internos foram cumpridos.

**ARTIGO VII**  
**Vigência**

1. O presente Acordo terá vigência indefinida. As Partes poderão denunciá-lo em qualquer momento, mediante comunicação escrita dirigida à outra Parte, por via diplomática, e a mesma terá efeitos noventa (90) dias após recebida a respectiva comunicação.
2. A denúncia do presente Acordo não afectará a conclusão das acções de cooperação formalizadas durante a vigência do mesmo, a menos que as Partes decidam em contrário.

Feito na cidade de Assunção, aos 3 dias do mês de Setembro de 2001, em dois exemplares originais em língua portuguesa e em língua espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos

**PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI      PELA REPÚBLICA PORTUGUESA**

**JOSE ANTÓNIO MORENO RUFFINELLI**  
Ministro das Relações Exteriores

**JAIME GAMA**  
Ministro dos Negócios Estrangeiros

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

**ACUERDO DE COOPERACIÓN  
ENTRE  
LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY Y LA REPÚBLICA PORTUGUESA  
PARA LA LUCHA CONTRA EL TRÁFICO ILÍCITO DE  
ESTUPEFACIENTES Y SUBSTANCIAS PSICOTRÓPICAS  
Y DELITOS CONEXOS**

La República del Paraguay y la República Portuguesa, en adelante denominadas "las Partes";

**CONSIDERANDO** que las Partes comparten una profunda preocupación con relación al incremento de la producción y al tráfico ilícitos; al lavado de dinero proveniente de tales actividades, así como al abuso de estupefacientes y substancias psicotrópicas en todo el mundo;

**CONSCIENTES** de que el abuso y el tráfico ilícito de estupefacientes constituyen problemas que afectan a la comunidad de ambos países;

**RECONOCIENDO** la importancia de la cooperación entre los Estados para combatir en todas sus vertientes el problema del abuso y del tráfico ilícito de estupefacientes y otras actividades criminales organizadas, incluyendo el crimen organizado;

**REFIRIENDOSE** a las obligaciones de ambos países como Partes de la Convención Unica sobre Estupefacientes del 30 de marzo de 1961, enmendada en virtud del Protocolo del 25 de marzo de 1972 y la Convención Unica sobre Substancias Psicotrópicas del 21 de febrero de 1971;

**TENIENDO PRESENTE** la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Substancias Psicotrópicas del 20 de diciembre de 1988;

**TENIENDO EN CUENTA** sus sistemas constitucionales, jurídicos y administrativos y el respeto por la soberanía de cada Estado;

**ACUERDAN** cuanto sigue:

**ARTICULO I  
Objeto**

Las Partes se prestarán asistencia recíproca en la prevención y en el control del abuso de drogas, tráfico ilícito de estupefacientes y substancias psicotrópicas y otros delitos conexos.

**ARTICULO II  
Areas de cooperación**

La cooperación que se efectúe, en conformidad con el presente Acuerdo, podrá comprender por parte de ambos Gobiernos:

- a) La prestación de asistencia en los campos técnico - científico;
- b) El intercambio de información y de publicaciones científicas, profesionales y didácticas, así como otras formas de cooperación técnica en los dominios de la prevención de la tóxicodependencia, del tratamiento y de la reinserción social del tóxicodependiente;
- c) El intercambio de información sobre las acciones emprendidas en ambos Estados para prestar la asistencia necesaria a los tóxicodependientes, sobre los métodos de prevención, tratamiento y reinserción social, así como sobre las iniciativas tomadas por las Partes para favorecer a las entidades que se ocupan de los tóxicodependientes;
- d) La promoción de encuentros entre las respectivas autoridades competentes para el tratamiento y para la reinserción, a través del intercambio de especialistas, cursos de formación y otros;
- e) El intercambio de información y experiencias sobre los métodos de lucha contra el tráfico ilícito de estupefacientes y substancias psicotrópicas y otras actividades conexas, como el blanqueo de capitales;
- f) La reglamentación del control de la producción, la importación, la exportación, del almacenamiento, de la distribución y venta de precursores, de químicos, de solventes y otras substancias que sirvan para la elaboración de las drogas a las cuales se refiere el presente Acuerdo;
- g) La elaboración de nuevos instrumentos legales que las Partes consideren adecuados para combatir, con más eficacia, el tráfico de estupefacientes;
- h) El intercambio de información sobre nuevos tipos de drogas y substancias psicotrópicas, instalaciones de producción, canales usados por los traficantes y métodos de ocultamiento, así como las variaciones de los precios de las substancias psicotrópicas y estupefacientes.

### **ARTICULO III Aplicación**

Las autoridades encargadas de la aplicación del presente Acuerdo serán designadas por las Partes cuando, en conformidad con el Artículo 6º, se satisfagan todos los requisitos exigidos por los respectivos ordenamientos constitucionales.

### **ARTICULO IV Intercambio de Informaciones**

1. Las autoridades encargadas de la aplicación del presente Acuerdo podrán intercambiar informaciones o reunirse, si lo juzgaren conveniente, en el ámbito de las actividades emprendidas en una o más de las áreas que son objeto de cooperación.

2. Las Partes podrán utilizar canales de comunicación directa por vía telefónica, telex, facsimil y otros medios entre los respectivos organismos competentes, a fin de facilitar una cooperación eficaz en la lucha contra el abuso de drogas y el tráfico ilícito de estupefacientes y substancias psicotrópicas.

**ARTICULO V  
Disposiciones legales aplicables**

Todas las actividades derivadas del presente Acuerdo serán ejecutadas en conformidad con las leyes y disposiciones legales vigentes en la República del Paraguay y en la República Portuguesa.

**ARTICULO VI  
Entrada en vigor**

El presente Acuerdo entrará en vigor treinta (30) días después de la fecha de recepción de la última nota diplomática en la que las Partes confirman que todos los procedimientos constitucionales internos necesarios fueron cumplidos.

**ARTICULO VII  
Vigencia**

1. El presente Acuerdo tendrá vigencia indefinida. Las Partes podrán darlo por terminado en cualquier momento, mediante comunicación escrita dirigida a la otra Parte, por vía diplomática, y la misma tendrá efectos a los noventa (90) días de recibida dicha comunicación.
2. La denuncia del presente Acuerdo no afectará la conclusión de las acciones de cooperación formalizadas durante la vigencia del mismo, a no ser que las Partes decidan lo contrario.

HECHO en la ciudad de Asunción, a los 3 días del mes de septiembre del año 2001, en dos ejemplares originales, en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

**POR LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY      POR LA REPÚBLICA PORTUGUESA**

**JOSE ANTONIO MORENO RUFFINELLI**  
Ministro de Relaciones Exteriores

**JAIME GAMA**  
Ministro de Negocios Extranjeros

[TRANSLATION — TRADUCTION]

**COOPERATION AGREEMENT BETWEEN THE REPUBLIC OF PARAGUAY  
AND THE PORTUGUESE REPUBLIC TO COMBAT ILLICIT TRAFFICKING  
IN NARCOTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES AND  
RELATED CRIMES**

The Republic of Paraguay and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as "the Parties";

Considering that the Parties share a deep concern regarding the increase in illicit production and trafficking; the laundering of proceeds from such activities; and the abuse of narcotic drugs and psychotropic substances in all parts of the world;

Aware that drug abuse and illicit trafficking are problems affecting the populations of both countries;

Recognizing the importance of cooperation between the States in combating every aspect of the problem of drug abuse and illicit trafficking, and other organized criminal activities, including organized crime;

Referring to the obligations of both countries as parties to the Single Convention on Narcotic Drugs of 30 March 1961, as amended by the Protocol of 25 March 1972; and to the Convention on Psychotropic Substances of 21 February 1971;

Bearing in mind the United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances of 20 December 1988;

Taking into account their constitutional, legal and administrative mechanisms, and respect for the sovereignty of both States;

Agree as follows:

*Article I. Object*

The Parties shall provide mutual assistance in the prevention and control of drug abuse, illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances, and related crimes.

*Article II. Areas of cooperation*

The cooperation provided by the two Governments under this Agreement may include the following:

- (a) Technical and scientific assistance;
- (b) The exchange of information and scientific, professional and educational publications, as well as other forms of technical cooperation in the prevention of drug addiction and in the treatment and social rehabilitation of drug addicts;
- (c) The exchange of information on the actions taken by the two States to provide the necessary assistance to drug addicts; on methods of prevention, treatment and social reha-

bilitation; and on initiatives taken by the Parties to support the agencies dealing with drug addicts;

(d) The promotion of meetings between the respective competent authorities for treatment and rehabilitation, through the exchange of specialists, training courses and so forth;

(e) The sharing of information and experiences regarding methods of combating illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances and related activities, such as money-laundering;

(f) Regulation of the control of the production, import, export, storage, distribution and sale of precursors, chemicals, solvents and other substances used in the manufacture of the drugs referred to in this Agreement;

(g) The drafting of such new legal instruments as the Parties may deem appropriate to combat drug trafficking more efficiently;

(h) The exchange of information on new kinds of drugs and psychotropic substances, production facilities, trafficking routes, concealment methods, and changes in the prices of psychotropic substances and narcotic drugs.

### *Article III. Implementation*

The authorities responsible for implementing this Agreement shall be designated by the Parties upon completion of all the requirements of their respective constitutional provisions, pursuant to article VI.

### *Article IV. Exchange of information*

1. The authorities responsible for implementing this Agreement may exchange information or convene meetings regarding the activities undertaken in one or more areas of co-operation, as they deem necessary.

2. The Parties may communicate directly with each other by telephone, telex, fax and other means of communication between the respective competent agencies, so as to facilitate effective cooperation in combating drug abuse and illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances.

### *Article V. Applicable legal provisions*

All the activities covered in this Agreement shall be executed pursuant to the laws and legal provisions in effect in the Republic of Paraguay and the Portuguese Republic.

### *Article VI. Entry into force*

This Agreement shall enter into force thirty (30) days after the date of receipt of the last diplomatic note by which the Parties confirm that all the required internal constitutional procedures have been completed.

*Article VII. Validity*

1. This Agreement shall remain in force indefinitely. Either Party may terminate it at any time by sending a written communication, through the diplomatic channel, to the other Party. Termination shall be effective ninety (90) days from the date of receipt of such communication.

2. Denunciation of this Agreement shall not affect the completion of the cooperation measures formally agreed during the period of validity of the Agreement, unless the Parties decide otherwise.

Done at Asunción, on 3 September 2001, in duplicate in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Republic of Paraguay:

JOSE ANTONIO MORENO RUFFINELLI  
Minister for Foreign Affairs

For the Portuguese Republic:

JAIME GAMA  
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION — TRADUCTION]

**ACCORD RELATIF À LA COOPÉRATION ENTRE LA RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY ET LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE DANS LA LUTTE CONTRE LE TRAFIC ILLICITE DE STUPÉFIANTS ET DE SUBSTANCES PSYCHOTROPES ET LES DÉLITS CONNEXES**

La République du Paraguay et la République portugaise, ci-après dénommées " les Parties " ;

Considérant que les Parties sont toutes deux vivement préoccupées par l'accroissement de la production et du trafic illicites ; par le blanchiment du produit de ces activités ; et par l'abus de stupéfiants et de substances psychotropes dans toutes les régions du monde ;

Conscients que l'abus et le trafic illicite de stupéfiants sont des problèmes qui affectent les populations des deux pays ;

Convaincus de l'importance que revêt la coopération entre les États dans la lutte contre tous les aspects du problème de l'abus et du trafic illicite de stupéfiants ainsi que contre d'autres activités criminelles organisées, y compris la criminalité organisée ;

Dans le respect des engagements auxquels les deux pays ont souscrit en tant que Parties à la Convention unique sur les stupéfiants, du 30 mars 1961, telle que modifiée par le Protocole du 25 mars 1972 ; et à la Convention sur les substances psychotropes, du 21 février 1971 ;

Compte tenu de la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, du 20 décembre 1988 ;

Compte tenu de leurs dispositions constitutionnelles, juridiques et administratives et du respect de la souveraineté des deux États ;

Sont convenues de ce qui suit :

*Article premier. Objet*

Les Parties se prêteront mutuellement assistance dans la prévention et le contrôle de l'abus de stupéfiants, du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et des délits connexes.

*Article II. Domaines de coopération*

La coopération fournie par les deux Gouvernements au titre du présent Accord porte sur les domaines suivants :

- a) l'assistance technique et scientifique ;
- b) l'échange d'informations et de publications scientifiques, professionnelles et éducatives ainsi que d'autres formes de coopération technique dans la prévention de l'assuétude aux stupéfiants et le traitement et la réadaptation des toxicomanes ;

- c) l'échange d'informations sur les mesures prises par les deux États pour fournir l'aide nécessaire aux toxicomanes ; sur les méthodes de prévention, de traitement et de réadaptation sociale ; et sur les initiatives adoptées par les Parties pour appuyer les organismes qui s'occupent de toxicomanes ;
- d) la promotion des réunions entre les autorités respectives compétentes en matière de traitement et de réadaptation, par l'échange de spécialistes, de cours de formation, etc. ;
- e) le partage d'informations et d'expériences concernant les méthodes de lutte contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes ainsi que les activités connexes, notamment le blanchiment de capitaux ;
- f) la réglementation du contrôle de la production, de l'importation, du stockage, de la distribution des précurseurs, substances chimiques, solvants et autres substances utilisées pour la fabrication des stupéfiants visés dans le présent Accord ;
- g) la rédaction des nouveaux instruments législatifs que les Parties jugent nécessaires pour lutter plus efficacement contre le trafic de stupéfiants ;
- h) l'échange d'informations sur les nouveaux types de stupéfiants et de substances psychotropes, sur les installations de production, sur les itinéraires empruntés par le trafic, sur les méthodes de dissimulation et sur les changements du prix des substances psychotropes et des stupéfiants.

#### *Article III. Application*

Les autorités compétentes pour l'application du présent Accord seront désignées par les Parties après l'accomplissement de toutes les prescriptions de leurs dispositions constitutionnelles respectives, conformément à l'article 6.

#### *Article IV. Échange d'informations*

1. Les autorités compétentes pour l'application du présent Accord peuvent, si elles le jugent nécessaire, échanger des informations ou organiser des réunions concernant les activités déployées dans un ou plusieurs domaines de coopération.

2. Les Parties peuvent communiquer directement entre elles par téléphone, télex, télécopieur ou autre moyen de communication entre les organismes compétents respectifs en vue de faciliter la coopération effective dans la lutte contre l'abus et le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes.

#### *Article V. Dispositions juridiques applicables*

Toutes les activités visées dans le présent Accord seront exécutées conformément aux lois et aux dispositions légales en vigueur dans la République du Paraguay et la République portugaise.

*Article VI. Entrée en vigueur*

Le présent Accord entrera en vigueur trente (30) jours après la date de la réception de la dernière note diplomatique par laquelle les Parties confirment que toutes les formalités constitutionnelles internes requises ont été accomplies.

*Article VII. Validité*

1. Le présent Accord restera en vigueur pour une durée indéterminée. Chacun des Parties peut le dénoncer à tout moment en envoyant à l'autre Partie une communication écrite par la voie diplomatique. La dénonciation deviendra effective quatre-vingt-dix (90) jours après la date de la réception de cette communication.

2. La dénonciation du présent Accord n'affectera pas l'exécution des mesures de coopération convenues formellement pendant la durée de validité de l'Accord, sauf si les Parties en décident autrement.

Fait à Asunción le 3 septembre 2001 en deux exemplaires en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République du Paraguay :

JOSE ANTONIO MORENO RUFFINELLI  
Ministre des Affaires étrangères

Pour la République portugaise :

JAIME GAMA  
Ministre des Affaires étrangères

